



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EDUCACIONAL**

**As contribuições da gestão para a construção dos
documentos normativos.**

Betânia Budke Koch

Tio Hugo, RS, Brasil

2014

As contribuições da gestão para a construção dos documentos normativos.

por

Betânia Budke Koch

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* Gestão Educacional, polo de Tio Hugo/RS (EAD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista Gestão Educacional**

Orientadora: Prof. Ms. Mariglei Severo Maraschin

Tio Hugo, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Especialização *Lato-Sensu* Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**As contribuições da gestão para a construção dos
documentos normativos.**

elaborada por
Betânia Budke Koch

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Msc. Mariglei Severo Maraschin
(Presidente/Orientador)

Prof. Msc. Andrelisa Goulart de Mello
(UFSM)

Prof. Msc. Karine Sefrin Speroni
(UFSM)

Tio Hugo, 06 de dezembro de 2014.

Aos profissionais em educação do Instituto
Estadual de Educação Edmundo Roewer.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

À professora Mariglei, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Ao tutor Rudimar, que foi incansável em seu trabalho, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade e nunca medindo esforços para que fosse possível chegar até aqui.

Agradeço também ao meu esposo, Marcelo, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades.

Agradeço também a meu filho Gabriel, que embora não tivesse conhecimento disto, iluminou de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

“A Gestão Democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho”.

Moacir Gadotti

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

As contribuições da gestão para a construção dos documentos normativos.

AUTORA: BETÂNIA BUDKE KOCH

ORIENTADORA: PROF. MSC. MARIGLEI SEVERO MARASCHIN

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, 06 de dezembro de 2014.

O presente estudo tem por objetivo investigar o processo de elaboração, execução e aplicabilidade do Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico de um Instituto Estadual de Educação da cidade de Ibirubá, RS. Para isso utilizou-se o método bibliográfico, a pesquisa qualitativa e análise documental. Esta pesquisa justifica-se uma vez que no ambiente de pesquisa, existe uma grande polêmica e um movimento a favor da alteração dos documentos normativos da escola. Para tanto, foram utilizados autores como LIBÂNEO (2001), LÜDKE e ANDRÉ (1986), PIMENTEL (2001), SAVIANI (1997, 2008), VEIGA (1996, 1993, 2001, 2004), RIBEIRO (2007), VASCONCELOS (2000) como norteadores desta pesquisa. Os dados que embasaram o trabalho foram coletados mediante análise documental e aplicação de questionários a professores da escola pública da cidade de Ibirubá, RS. Submetidos à análise qualitativa, os resultados obtidos permitiram constatar o desejo dos educadores por mudanças no regimento escolar e projeto político-pedagógico.

Palavras-chave: **Gestão. Documentação escolar. Projeto político pedagógico. Regimento escolar.**

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

As contribuições da gestão para a construção dos documentos normativos.

AUTHOR: BETÂNIA BUDKE KOCH

ADVISER: PROF. MSC. MARIGLEI SEVERO MARASCHIN

Date and Place of defense: Tio Hugo, December 6, 2014 .

The present study aims to investigate the process of elaboration , implementation and applicability of Procedure School and political-pedagogical project of a State Institute of Education of the City of Ibirubá , RS. For this we used the bibliographic method, qualitative research and documentary analysis. This research is justified since in the research environment, there is great controversy and a movement in favor of changing the normative documents of the school. For both authors as LIBÂNEO (2001), LÜDKE e ANDRÉ (1986), PIMENTEL (2001), SAVIANI (1997, 2008), VEIGA (1996, 1993, 2001. 2004), RIBEIRO (2007), VASCONCELOS (2000) were used as guiding this research. The data that supported the study were collected through document analysis and questionnaires to public school teachers in the city of Ibirubá, RS .. Undergoing qualitative analysis, the results revealed the eagerness of teachers per school regulations and changes in the political project –teachigs.

Keywords: **Management. Documentation School. Political Project. Taching. School regulations.**

LISTA DE SIGLAS

I.E.E.R. – INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EDMUNDO ROEWER

P.P.P. – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

LISTA DE APÊNDICES

APENDICE A	53
APENDICE B.....	56

INDICE DE TABELAS

TABELA 1.....	41
TABELA 2.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	15
1.1 Apresentação do tema e do foco do estudo	16
1.2 Descrição do ambiente de estudo	16
1.2.1 Contextualização histórica.....	17
1.2.2 Contextualização do processo de elaboração do Regimento Escolar e do P.P.P.	19
1.3 Objetivos do estudo	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos.....	21
1.4 Metodologia	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	25
2.1 A gestão escolar e os princípios legais que norteiam a educação.	25
2.2 A Gestão Escolar e a legislação educacional.....	26
2.3 Regimento Escolar.....	27
2.4 Projeto Político – Pedagógico: uma reflexão sobre a educação.	29
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
3.1 Equipe Diretiva	32
3.2 Corpo Docente.....	33
3.3 Discussão dos dados.....	34
3.4 Buscando informações na secretaria da escola.	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES	50

INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado de um trabalho realizado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação a Distância Especialização Lato-sensu em Gestão Educacional, promovida por convênio entre Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este trabalho tem como tema o estudo do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico de uma escola pública do município de Ibirubá, o processo de elaboração, execução e aplicabilidade dos mesmos.

O estudo dos documentos normativos escolares é fundamental para compreender o contexto em que se insere a instituição. Esse estudo permite analisar como aconteceu o processo de construção do projeto político-pedagógico bem como a reestruturação do regimento escolar. Para facilitar o entendimento desta realidade, conhecer os sujeitos envolvidos neste processo torna-se necessário bem como suas opiniões e inquietações.

A pesquisa foi realizada no Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer em Ibirubá, Rio Grande do Sul, fundado em 20 de maio de 1975. Trata-se de uma instituição de ensino tradicional no município que tem como característica o atendimento à classe popular.

Diante das dificuldades que a instituição vem enfrentando quanto à afirmação de sua identidade diante da comunidade escolar, entende-se que a análise das relações entre a construção dos documentos normativos com Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico com a gestão escolar podem contribuir para o entendimento e a busca de possíveis soluções a essas dificuldades. Esse estudo prevê também a possibilidade de pensar uma nova forma dos agentes envolvidos no processo educacional resgatarem a identidade da instituição com a comunidade.

Além da introdução, este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro constitui a contextualização do estudo, com ênfase na apresentação do tema, dos objetivos de estudo, na justificativa e na descrição do ambiente de estudo e a metodologia utilizada no estudo..

O segundo capítulo trata da revisão da literatura, que traz aspectos com objetivo de orientar a compreensão da necessidade de realização deste estudo,

ênfatizando questões relativas ao regimento escolar e projeto político-pedagógico. Serão Identificados os princípios, concepções e diretrizes que sustentam a elaboração e execução do projeto político-pedagógico da escola estudada e sua implantação desde 2002. Por fim, apresenta considerações referentes à gestão educacional e sua importância na elaboração, execução e aplicabilidade destes documentos.

O terceiro capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos sujeitos envolvidos e pela observação direta do ambiente. Tentar-se-á detectar fatores inibidores e facilitadores na execução e aplicabilidade do projeto político-pedagógico da escola. Por fim, apresenta-se sugestões a respeito da reestruturação do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico.

O quarto capítulo, por sua vez, traz as considerações finais, posteriormente as referências que serviram de base para fundamentar esse estudo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi desenvolvido no Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer em Ibirubá, RS, como um estudo de caso. Aqui, nos referimos à instituição como IEEER, como assim é citada na comunidade. Este estudo visou identificar a forma de construção dos documentos normativos da escola bem como as dificuldades que a mesma, desde 2002, vem enfrentando para que haja a aplicação e execução destes projetos. A seguir é apresentada a delimitação do estudo.

Esta escola, instituição tradicional no município de Ibirubá, RS, com 39 anos de história, foi o destino de grande parte da população, pois até pouco tempo, era a única escola que ofertava o ensino médio e a educação profissional. Além disso, a relação com esta escola é muito íntima, pois já vivenciei todas as esferas da comunidade escolar (aluna, funcionária, mãe de aluno, professora, equipe diretiva).

Em 2004, após aprovação em concurso, fui nomeada no Estado como Agente Educacional II – Administração Escolar, antiga Secretária de Escola e sou designada para o Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, minha antiga escola de ensino médio, que, com as alterações dadas pela Lei 9.394 de 1996 altera sua designação por oferecer todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Profissional.

No período em que trabalhei na secretaria, pude aplicar o que havia aprendido anteriormente na área administrativa e aprofundar meus conhecimentos na Legislação Educacional e nos processos educativos o que contribuíram muito para minha formação profissional. Trabalhando diretamente com a gestão escolar, vivenciei as dificuldades da escola pública, seja no que tange a recursos financeiros e humanos. Sou grata à diretora da época que, durante sua gestão, foi exigente quanto à eficiência e eficácia do trabalho administrativo, incentivando sempre ao estudo e à qualificação.

No Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer já vivenciei todas as instâncias: aluna, mãe de aluno (meu filho fez a pré-escola e o 1º ano do ensino fundamental), funcionária de escola, professora, supervisora escolar. Ali, construí e venho construindo minha história.

Neste ínterim, percebeu-se a necessidade de aprofundar os estudos em relação à gestão da escola pública face aos novos desafios da educação do século XXI. A escola deixou a muito de ser apenas um repositório de conhecimentos e passou a interagir socialmente e assumir uma maior autonomia seja em relação a sua própria organização, a gestão dos recursos financeiros e humanos, a participação em programas e investimentos governamentais, enfim, passou a ser sujeito de sua própria prática educativa.

Compreender o processo de planejamento, elaboração e execução dos documentos que norteiam o fazer pedagógico bem como sua constituição como elemento formador da identidade escolar poderão auxiliar no entendimento da realidade vivenciada pela escola.

1.1 Apresentação do tema e do foco do estudo

O tema abordado ao longo desta pesquisa é o estudo dos documentos normativos que norteiam o trabalho pedagógico do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, especificamente o Regimento Escolar e o P.P.P.

Estes documentos delineiam todo o fazer pedagógico da instituição e constituem ferramentas essenciais para a busca por uma educação de qualidade e que satisfaça as reais necessidades da comunidade a qual se insere. Como esse trabalho na realidade é um estudo de caso do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, é feita a seguir a descrição do ambiente de estudo.

1.2 Descrição do ambiente de estudo

Para entender melhor a contextualização deste estudo, será feita uma breve contextualização da Escola, bem como a contextualização de como foi organizado a elaboração do regimento escolar e do P.P.P., buscando definir a importância do referido estudo e desse para a Instituição.

1.2.1 Contextualização histórica¹

A Europa, entre os anos 1960 e 1970, passa a destinar investimentos aos países subdesenvolvidos diretamente em infraestrutura e modernização da educação, instituindo no Brasil a chamada “revolução verde” onde a produção agrícola se volta para a tecnologia de multinacionais estrangeiras. No Rio Grande do Sul, esta mecanização da produção agrícola incentiva um aumento significativo do êxodo rural.

Procurando contemplar as necessidades do projeto de modernização do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, estimulou a expansão dos cursos profissionalizantes de nível médio, embora com qualidade duvidosa devido à precariedade das condições objetivas das instituições de ensino. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994)

A partir de 1964 com a intervenção militar e a difusão da ideia de acumulação de capital como elemento de construção do “Brasil Potencia”, tem-se um processo de reorientação do ensino. A política educacional da época caracterizou-se por uma concepção produtivista, impulsionada pela Teoria do Capital Humano. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994) Foram realizadas reformas no sentido de adequar o sistema educacional brasileiro às exigências dos organismos internacionais.

No ano de 1968, cresce a demanda por educação, diante da política de recuperação econômica, ampliando a crise no setor educacional. Essa crise acaba por favorecer acordos de cooperação internacional. Esses acordos tiveram importante influência na reorganização do sistema de ensino na perspectiva economicista de educação e também na difusão ideológica deste pensamento na política educacional nas décadas seguintes. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994)

Com o propósito de ajustar a política educacional aos ideais de “desenvolvimento com segurança” em 1971, foi elaborada a lei 5.692/71, focalizando

¹ Para a construção do resgate histórico no qual se insere o educandário, foram utilizados como fontes, o Regimento Escolar da Educação Básica do I.E.E.E.R. (2002), item “Contextualização”, autores como Xavier, Ribeiro, Noronha (1994), Libâneo (2005), Del Priory, Venâncio (2001) e Roberts (2001).

basicamente dois aspectos fundamentais, a extensão da obrigatoriedade escolar² e a generalização do ensino profissionalizante. De acordo com Xavier, Ribeiro, Noronha (1994) a visão de educação presente nestas políticas era tecnicista e utilitária, visando a preparação para o mercado de trabalho.

O Instituto surge em um momento da história em que era imprescindível atender as necessidades de mão de obra voltada a modernização que invadia tanto o campo como a cidade, buscando a qualificação dos trabalhadores nas áreas técnicas (Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais, Técnicas Domésticas e Técnicas Agrícolas).

Historicamente, o Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, iniciou-se em 20 de maio de 1975 como Escola de 2º Grau Ibirubá, funcionando no prédio da Antiga Escola de Comércio e funcionavam na escola as seguintes modalidades, como eram designadas na época, Auxiliar de Contabilidade e Auxiliar de Adubação.

Em 1978 houve a incorporação da Escola Polivalente de 5ª a 8ª séries e implantação da Escola Técnica – PREMEM³, ambas funcionando, a partir de então, no prédio atual.

Em 1982, integra-se ao educandário a Escola Presidente Kenedy (de 1ª a 4ª séries), e em 1983 acontece a unificação que deu origem à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Edmundo Roewer.

A partir de 17 de abril de 2000, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a denominar-se Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, pois abarcava todos os níveis de ensino previstos na legislação⁴.

Este contexto permitiu o desenvolvimento do Instituto oferecendo os seguintes cursos/níveis e modalidade: Educação Básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio - Politécnico⁵, Ensino Médio-EJA), Curso Normal, Curso Normal –

2 O interesse em ampliar a obrigatoriedade escolar visava administrar as desigualdades geradas supondo uma igualdade de oportunidades que na realidade limitava-se ao plano formal e buscava a legitimidade social necessária para a continuidade deste projeto de forma arbitrária e autoritária. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994)

³ PREMEM – Programa de expansão e Melhoria do Ensino. O programa foi criado pelo Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972 e tinha com o objetivo principal de aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil.

⁴ Alteração dada conforme Portaria de alteração de designação SE/RS nº 107 de 14 de abril de 2000.

⁵ O Ensino Médio Politécnico foi instituído a partir da Reestruturação Curricular do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (REE-RS) em 2011 a partir do documento-base intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014 (Seduc-RS, 2011) no qual propunha a reestruturação curricular do Ensino Médio para ser implantada de forma gradual durante os anos de 2012 a 2014. As bases teóricas e de realização do Ensino Médio Politécnico se pautam principalmente na articulação interdisciplinar do

Aproveitamento de Estudos, Técnico em Contabilidade – Área da Gestão, Técnico em Segurança do Trabalho.

1.2.2 Contextualização do processo de elaboração do Regimento Escolar e do P.P.P.⁶.

A construção do projeto político-pedagógico, segundo consulta à Assessora Pedagógica da Escola, foi feita com a participação de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) visando o bom andamento do conjunto, ou seja, a integração de todos os setores que compõe a escola. O principal objetivo do P.P.P. é manter relação harmoniosa entre todos os cursos oferecidos assim como todos os sujeitos envolvidos, para que se caminhe juntos em busca de um só objetivo.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), cada escola passou a ter autonomia para elaborar sua proposta política e pedagógica ouvindo todos os personagens que tem interesse no sucesso da educação e sabendo que cada aluno deve crescer, tanto como cidadão, e como estudante.

De acordo com Gonçalves e Abulmassih (2001, p.16):

A construção do projeto político pedagógico é a forma subjetiva de a escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar: é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente a identidade de seus membros.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer foi construído a partir do estabelecimento de gestão democrática de educação que visa formar sujeitos dialógicos e pesquisadores, que

trabalho pedagógico entre as grandes áreas do conhecimento (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias); na relação teoria e prática, parte e todo, na pesquisa como princípio pedagógico; na avaliação emancipatória; no reconhecimento dos saberes; no trabalho como princípio educativo; na politecnia como conceito estruturante do pensar e fazer, relacionando os estudos escolares com o mundo do trabalho; e no planejamento coletivo. (AZEVEDO, REIS ,2013).

⁶ Seção baseada nos documentos normativos do educandário.

reconstruam o conhecimento sistematizado, que respeitem a si, ao outro e ao meio em que vivem, com consciência crítica, comprometida com a transformação.⁷

Apresenta como prioridades o aprender a pensar tendo a pesquisa como estímulo à busca do saber, estímulo à leitura, a cientificidade, além do senso comum, produção pessoal e grupal. Busca ainda o aprofundamento teórico e prático, capacidade de argumentação, postura ética nas relações e busca do saber para a auto-realização⁸.

Ainda, objetiva “oferecer condições para que haja a reconstrução do conhecimento, na relação com a comunidade e na busca de alternativas, constituindo a cidadania”.⁹

O P.P.P. do Instituto tem como um dos objetivos principais, além do que já foi citado, a construção do conhecimento e a vivência de valores, empregando uma dinâmica crítica, fazendo com que o processo de educar seja feito de forma reflexiva e transformadora do contexto social.

O projeto político-pedagógico da escola, na época, foi visto como um projeto inovador e audacioso, pois previa a instituição da progressão continuada no ensino fundamental e a instituição de laboratórios de aprendizagem para todos os componentes curriculares. Além disso, foram modificadas as formas de avaliação da tradicional nota para o parecer descritivo o que gerou estranheza e rejeição por parte das demais escolas e universidades que recebiam os terceiranistas.

Infelizmente, o projeto nunca foi totalmente efetivado, seja por problemas burocráticos, estruturais, seja pela falta de recursos humanos, pois embora o CEED/RS (Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul) o houvesse aprovado, o Estado dificilmente disponibilizava docentes para os laboratórios e quando o faziam, não era considerado como regência de classe mas como setor, havendo a negação dos professores em assumir tal função.

Ao longo de sua trajetória, o projeto foi revisto apenas uma vez, em 2007 de forma incompleta. Os idealizadores desta proposta durante muito tempo negaram-se a rever e retomar a proposta. Acreditavam que a retomada do mesmo seria um retrocesso para a escola.

⁷ Regimento da Educação Básica, Item “Filosofia da Escola”, Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, 2002.

⁸ Projeto Político-Pedagógico, Item “Gestão”, Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, 2002.

⁹ Regimento da Educação Básica, Item “Objetivos da Escola”, Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer, 2002.

1.3 Objetivos do estudo

Os objetivos a seguir relacionados nortearam as diretrizes desta pesquisa para que se pudesse construir um estudo que abarcasse a realidade da instituição e buscasse através da pesquisas encontrar os possíveis caminhos para uma educação de qualidade.

1.3.1 Objetivo geral

Investigar o processo de elaboração, execução e aplicabilidade do Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico de um Instituto Estadual de Educação da cidade de Ibirubá, RS.

1.3.2 Objetivos específicos

Foram objetivos específicos deste estudo:

- I. Caracterizar a escola quanto à história, dados quantitativos e sociais;
- II. Identificar princípios, concepções e diretrizes que sustentam a elaboração e execução do regimento escolar e projeto político-pedagógico da escola e sua implantação;
- III. Estabelecer a importância da gestão escolar na elaboração dos documentos normativos e sua importância na aplicabilidade e execução dos mesmos;
- IV. Analisar dificuldades e desafios na execução e aplicabilidade do projeto político-pedagógico da escola.

1.4 Metodologia

Para compreender o processo de elaboração, execução e aplicabilidade dos documentos normativos de uma escola pública de Ibirubá, RS, torna-se necessário entender o contexto no qual se insere esta instituição. Para isso, investiu-se em um estudo exploratório do contexto escolar, a análise dos documentos normativos e as entrevistas com direção, coordenação pedagógica, docentes e funcionários geram a oportunidade de integração com a realidade estudada.

A abordagem da pesquisa foi essencialmente qualitativa “já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela, porém isso não exclui o uso de dados quantitativos”. (MINAYO, 1994, p.23).

O Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer atua na comunidade ibirubense há 39 anos oferecendo Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Curso Normal, Curso Técnico em Contabilidade e Curso Técnico em Segurança no Trabalho. Atualmente, possui 60 colaboradores, entre professores e funcionários e atende 630 alunos.

A coleta de informações incluiu análise documental do Regimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico, questionários respondidos por quarenta e quatro docentes, observações de reuniões pedagógicas registradas em um diário de campo e relação de matrículas e atas de resultados finais do ensino fundamental e ensino médio. Os docentes foram identificados neste estudo por letras “A”, “B” e assim sucessivamente para garantir a integridade dos seus depoimentos. As observações das reuniões pedagógicas se deram entre os meses de maio a outubro de 2014. Foi realizada a pesquisa de campo e os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram questionários e observações.

A análise documental foi importante para completar informações que podem revelar novos aspectos das questões estudadas. Para Ludke e André (1986), os documentos constituem uma fonte de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

Estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. (PIMENTEL, 2001. p.180)

Esta pesquisa, a partir de seus objetivos, caracterizou-se como um estudo de caso, que Gil (2002, p. 54) diz consistir no “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Afirma ainda que existem três tipos de estudo de caso: o intrínseco, o instrumental e o coletivo. Neste trabalho aplicou-se o conceito de estudo de caso instrumental, pois é aquele que, conforme Gil (2002, p. 139), “é desenvolvido com o propósito de auxiliar no conhecimento ou redefinição de determinado problema”. Assim o caso se justifica para compreender uma determinada situação e “alcançar outros objetivos”.

De acordo com Yin (2001 apud Gil, 2002, p. 54) um estudo de caso é “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real”. Dentre os propósitos deste tipo de pesquisa, Gil (2002, p. 54) ressalta os seguintes: “explorar situações da vida real (...); preservar o caráter unitário do objeto (...); descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação”.

Partindo dos procedimentos técnicos, por ser um estudo de caso, a pesquisa utilizou-se de mais de uma técnica para a produção de dados. Gil (2002, p. 140) indica que este é “um procedimento básico que não poderá ser descartado” e que se faz necessário pela busca da qualidade nesses dados. Nesse sentido foram realizadas observações e análise de objetos físicos e reunidos “dados de gente e dados de papel” (GIL, 2002, p. 141), em outras palavras: foram utilizadas informações bibliográficas, documentais e também nas percepções das pessoas, através da aplicação de um questionário, para fundamentar uma realidade presente na já citada instituição.

Dessa forma, no mês de junho e julho de 2014 aplicou-se o referido questionário (Apêndice A e B) com questões acerca do conhecimento do pesquisado sobre a identidade da escola, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico ao corpo docente e equipe diretiva da escola.

Foram avaliados os seguintes itens sobre a identidade da escola: a instituição em si, a identificação pessoal em relação à escola, a qualidade na educação, pontos relevantes quanto à organização escolar, a competência da escola frente à comunidade, o que se ensina e o que se aprende.

No que se refere ao Regimento Escolar, foram questionados sobre a forma de organização da escola, os procedimentos avaliativos, a organização dos níveis de ensino, sugestões e críticas a este regimento.

Sobre o P.P.P., foram questionados sobre o conhecimento acerca da filosofia e objetivos do Instituto, os pontos que referendam o P.P.P., os parâmetros educacionais em que a escola se baseia.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A gestão escolar e os princípios legais que norteiam a educação.

Antes de iniciarmos o estudo propriamente dito acerca do regimento escolar e do projeto político-pedagógico da escola a qual é objeto neste estudo, é importante que se estaque o planejamento escolar, pois este é o norteador dos processos escolares. Oliveira (2007) destaca que o planejamento escolar é um instrumento que possibilita perceber a realidade, através de um processo de avaliação, baseado em um referencial futuro. Para a autora, ele deve ser elaborado de acordo com o contexto social e os fatores externos do ambiente.

Dessa forma, se faz necessário conhecer a realidade concreta da instituição perpassando todo o conjunto das atividades que aí se realizam, para que posteriormente sejam diagnosticados os problemas e apontadas as soluções. A forma de torná-las realidades não pode estar estranha aos conteúdos transformadores desses mesmos objetivos e nem às condições reais presentes em cada situação.

As fases do planejamento escolar podem ser divididas em três níveis distintos conforme aponta Vasconcelos (2009) o planejamento da escola, o planejamento curricular e o projeto ou plano de ensino. Neste estudo, nos deteremos ao planejamento da escola onde conforme o autor:

trata-se do que chamamos de projeto político-pedagógico ou projeto educativo, sendo esse plano integral da instituição, o mesmo é composto de marco referencial, diagnóstico e programação. Este nível envolve tanto a dimensão pedagógica quanto a comunitária e administrativa da escola. (VASCONCELOS, 2000, p.96)

O conceito de Planejamento Escolar é definido por Libâneo (2001) como o planejamento global da escola, que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. Nesse sentido o Planejamento da Escola irá englobar o regimento escolar e o Projeto Político Pedagógico.

O ato de planejar irá envolver a articulação e o equilíbrio de diferentes fatores como, por exemplo, tempo de atividades extraclasse, trabalho individual e coletivo

de planejamento. A efetivação total de um planejamento escolar necessita do conhecimento de todos os elementos que o norteiam, bem como os fundamentos legais que o legitimam, e que doravante, serão analisados no presente trabalho.

2.2 A Gestão Escolar e a legislação educacional

A Escola democrática foi instituída como ícone do processo educacional, como agente de transformação da sociedade, instrumento de garantia da qualidade do ensino e capacitação para vida pessoal, social e profissional a partir da Constituição Federal de 1988.

Desde os anos 90, a sociedade passou a reivindicar maior democracia na gestão da educação, conforme coloca Oliveira (2001). A luta pela democratização da escola pública assume aspecto de ampla defesa no direito à escolarização de todos, universalização do ensino e a participação da comunidade escolar na gestão educacional.

A LDB (BRASIL, 1996), reafirma essa ideia em seu artigo 3º e inciso VIII, os sistemas de ensino definirão suas normas democráticas do ensino público da educação básica. Quando trata das incumbências dos estabelecimentos de ensino quanto a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas, o art.12, estabelece uma orientação legal de confiar à escola esta responsabilidade.

A legislação define também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14: “I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.”

Ao mesmo tempo a LDB (BRASIL, 1996) definiu no art. 15 a seguinte diretriz:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público.

Os dois princípios definidos de gestão democrática de ensino público ratificam o Inciso VI do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A participação dos professores e especialistas na elaboração do projeto pedagógico da escola e o conagraamento funcionam como balizamento da dimensão utópica da gestão democrática no âmbito das instituições públicas.

Compreender em profundidade os problemas postos pela prática pedagógica passa a ser uma exigência da gestão democrática. Nesse sentido, ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo do trabalho pelos profissionais. Mais do que isso, afirma Veiga (2004, p. 19):

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade.

A atuação da escola e do gestor escolar ultrapassa os muros escolares e vai diretamente ao encontro dos anseios sociais, uma vez que a proposta pedagógica precisa contemplar a realidade vivenciada na prática. A proposta da escola tende a ser crítica e participativa, envolvendo alunos, professores, funcionários, pais e comunidade local na efetivação de uma escola destinada a formar pessoas capazes de construir seu próprio caminho, compreender a realidade e lutar por seus direitos.

2.3 Regimento Escolar

O histórico de concepção do Regimento escolar remonta o período republicano (1934-1946) onde o documento era parte de um processo baseado na racionalização burocrática que não considerava princípios como autonomia, descentralização e participação da gestão escolar.

A partir do movimento da Escola Nova¹⁰, as reformas educacionais passaram a ser evidentes e a organização escolar passou a ser considerado assunto para técnicos especializados em educação. Nesse contexto, as escolas passaram a ser orientadas por regimentos padronizados pelas mantenedoras o que acarretava no descumprimento de normas externamente instituídas, pois não se ajustavam à realidade do educandário.

Esta situação passa a ser revista a partir da retomada democrática, após vinte anos de regime militar (1964-1985) quando começam a surgir debates acerca da autonomia escolar, participação e gestão democrática que integradas a outras demandas sociais são base para a promulgação da Constituição Federal de 1988, ou Carta Magna.

Desta maneira, a concepção de escola como instituição relativamente autônoma e responsável pela construção, aplicação e execução de seu projeto pedagógico é muito recente na história da educação brasileira.

O Regimento Escolar é um importante documento de referência para o funcionamento da escola. Nele, se materializa o P.P.P. na forma de registros de procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos segmentos da escola. Este documento torna clara como a escola se insere no processo histórico, sua organização e normatização.

[...] é um documento que, por natureza, reclama elaboração coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar. Exatamente por ser a tradução formal do projeto pedagógico da escola, não pode prescindir da participação de ninguém em sua formulação. Por essa razão, não é documento que se elabore às pressas, mas exige que se disponha de certo tempo, para permitir que o processo participativo – moroso, quase sempre – possa acontecer. (Res. CEED/RS- 1998 N° 236 – JUSTIFICATIVA. P. 7)

De acordo com Veiga (2001), o Regimento escolar é um instrumento legal que formaliza e reconhece as relações dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Contém um conjunto de normas e definições de papéis, devendo ser um documento claro, de fácil entendimento para a comunidade, traduzindo as construções e os avanços nela produzidos.

¹⁰ Escola Nova trata-se de um grupo de educadores brasileiros que inspirados na Pedagogia de John Dewey (1859-1952) propuseram reformas educacionais no Brasil, objetivando a instauração de métodos de ensino que oportunizassem a convivência democrática, porém, colocando em questão a sociedade de classes.

Enquanto documento administrativo e normativo fundamenta-se nos propósitos, princípios e diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico da escola, na legislação geral do país e, especificamente, na legislação educacional.

No Regimento Escolar estão descritas as responsabilidades de cada um dos segmentos que compõe a comunidade escolar - alunos, pais, professores e demais funcionários. Além de embasar o cumprimento dos deveres, ele também garante os direitos de todos os segmentos. Por esse motivo deve ser conhecido e cumprido por todos.

Conforme nos coloca Gomes e Bairros¹¹ (on line) “a partir do Regimento escolar, compreendido como caminho que rege o ato de aprender, os professores podem organizar suas tarefas em processo coletivo ou individual.”

Por ter caráter de documento legal, sua vigência (ou modificação) só passa a valer, como muitas leis comuns, a partir do primeiro dia do ano seguinte à sua elaboração ou modificação.

A modificação do Regimento Escolar deve obedecer às mesmas normas que a modificação da legislação comum, não se podendo, simplesmente, suprimir ou anexar novo texto, sem observar expressamente o que foi substituído, suprimido ou acrescido. Segundo Vasconcelos (1999) deve ser redigido de modo sucinto e objetivo, não podendo ser confundido com o Projeto Político Pedagógico, embora suas linhas pedagógicas devam constar. Deve conter índice, páginas numeradas e não pode conter rasuras. O Regimento diz respeito à operacionalização do P.P.P., ou seja, como a instituição pretende organizar as ações previstas no P.P.P.

2.4 Projeto Político – Pedagógico: uma reflexão sobre a educação.

A construção do projeto político pedagógico, conforme Veiga (2006) surge a partir da necessidade de organizar e planejar a vida escolar. Neste sentido, o projeto político pedagógico é a marca original da escola, ele pode propor oferta de uma educação de qualidade, definindo ou aprimorando seu modelo de avaliação levando em consideração os principais problemas que interferem no bom desempenho dos

¹¹ Disponível em http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo3regimento_escolar.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2014.

alunos; estabelecer e aperfeiçoar o currículo voltado para o contexto sociocultural dos educandos; apontar metas de trabalho referentes à situação pedagógica, principalmente no que se refere às experiências com metodologias criativas e alternativas.

O Projeto Político – Pedagógico é um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim.

É político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive; pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais.

Conforme Oyafuso e Maia (1998) apud Albuquerque e Aguiar (....) o projeto pedagógico trata-se do “componente do Plano escolar que define o que ensinar e o que aprender”, tomando-se como “eixo central deste plano, porque tem como objetivo principal o processo de ensino-aprendizagem”.

É importante que o projeto político-pedagógico seja entendido na sua globalidade, isto é, naquilo que diretamente contribui para os objetivos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, e naquilo cuja contribuição é indireta, ou seja, as ações administrativas.

O P.P.P. é o plano global da escola, um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. Sua construção deverá permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa práxis libertadora. O político e o pedagógico são dimensões indissociáveis, porque propiciam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar.

Assim, a definição de uma escola como atuante na sociedade democrática, plural e justa deve trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na procura da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e no desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo.

Essa proposta ganha força na construção de um projeto político pedagógico. Cada unidade escolar deve elaborar o seu P.P.P., documento fundamental e norteador que identifica a escola, estabelece os princípios teórico-metodológicos a

serem desenvolvidos na unidade, a estrutura curricular e os processos de avaliação, apontando o seu fazer educativo que deve ser pautado nas diretrizes curriculares tendo como base a sua própria realidade.

Segundo Veiga (1995), um projeto político pedagógico ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Ele é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade.

Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo. A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo.

Ao se construir o projeto político-pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola. A realidade macro da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também a afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Não levar em consideração os aspectos sociais que envolvem a escola no planejamento educacional pode fazer com que o planejamento falhe em seus resultados.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando a gente acha que sabe todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas.

Emily Paul

Este capítulo visa apresentar os dados obtidos na pesquisa, bem como discutir os resultados a partir do referencial teórico, que ressalta a importância dos documentos normativos e sua elaboração e execução pela escola.

O planejamento da produção dos dados foi definido na Metodologia onde foram indicados os métodos e técnicas utilizados. Foram elaborados instrumentos adequados à coleta de dados com questionários semiestruturadas com equipe diretiva, coordenação pedagógica e corpo docente.

Os entrevistados foram questionados acerca da sua relação com a escola, participação na elaboração dos documentos normativos, conhecimentos acerca das bases legais que os norteiam, a organização dos níveis de ensino e forma de avaliação, sobre filosofia e objetivos descritos no P.P.P. e se estes documentos contemplam as necessidades do I.E.E.E.R.

3.1 Equipe Diretiva

Responderam aos questionamentos, enquanto equipe diretiva, diretor, vice-diretores e coordenação pedagógica. Decidiu-se por incluir a coordenação pedagógica nesta classificação, pois direção e coordenação caminham juntas na gestão participativa da escola compartilhando decisões e ações coletivas.

Dentre os pesquisados nesta classificação, dois são do sexo masculino e seis são do sexo feminino. Neste estudo, serão identificados como “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Quanto á formação profissional, “A” e “B” são graduados em Filosofia, onde “A” possui especialização em História do Brasil. O entrevistado “C” possui formação em Letras – Português-Inglês e especialização em Gestão Escolar. O entrevistado

“D” é graduado em Biologia com especialização em Educação Ambiental. Os entrevistados “E” e “G” são pedagogos, onde um é especializado em Educação Infantil e outro em Psicopedagogia Clínica e Institucional. O entrevistado “F” é graduado em Matemática com especialização em Supervisão Escolar.

Quanto ao tempo de trabalho na instituição, todos os entrevistados desenvolvem suas atividades a mais de dez anos na instituição, sendo que destes apenas um participante não estava na escola em 2001/2002 período em que Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico foram alterados.

É importante também colocar, que dentre os entrevistados, com exceção do diretor e um vice-diretor, os demais exercem pelo menos vinte horas de docência na própria escola. Mas todos possuem experiência como docente.

Dos participantes da pesquisa, quatro desenvolvem atividades docentes em outras escolas do município e um em outro ramo profissional.

3.2 Corpo Docente

Para a realização deste estudo, foram convidados a participar dos questionamentos, trinta e seis professores sendo destes sete da área das Linguagens, um da área da Matemática, seis da área das Ciências da Natureza, seis da área das Ciências Humanas, oito docentes da área Técnica¹² e seis docentes do Ensino Fundamental – séries iniciais e dois docentes na Formação de Professores do Curso Normal. Os docentes que atuam nas áreas do conhecimento desenvolvem atividades no Ensino Fundamental, Ensino Médio Politécnico, Curso Normal e Educação de Jovens e Adultos, sendo que destes, dois docentes auxiliam em algumas disciplinas técnicas.

Todos os docentes apresentam formação em sua área de atuação com especialização em diversas áreas. Os docentes da área técnica, apenas três docentes possuem formação pedagógica. A instituição conta ainda com três docentes com mestrado (Linguagens, História Regional, Bioquímica) sendo que um está cursando doutorado.

¹² Curso Técnico em Contabilidade – Gestão e Negócios e Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Quanto ao tempo de trabalho na instituição, dos trinta e seis docentes entrevistados, seis docentes desenvolvem atividades a cerca de 20 anos na instituição, doze docentes estão na escola em torno de 10 anos e dezoito docentes desenvolvem atividades em média em 05 anos no educandário.

Dos entrevistados, seis desenvolvem ainda docência em outras escolas do município e cinco desenvolvem outras atividades em outros ramos profissionais. É importante ressaltar os docentes lotados na instituição cumprem carga horária semanal de 20 horas ou mais, não havendo nenhum com menos carga horária.

3.3 Discussão dos dados.

Na pesquisa de campo foram utilizados questionários como instrumentos de coleta semiestruturados. Além disto, foram observadas as reuniões pedagógicas e as discussões dos professores que foram registradas em um diário de campo. Cabe ressaltar que antes do contato com docentes e integrantes da equipe diretiva, a pesquisadora solicitou autorização da direção da escola através do Termo de Consentimento sendo possível na ocasião colher as primeiras informações sobre a escola.

Para a produção dos dados sobre a realidade pesquisada foram utilizados o Regimento Escolar, o Projeto Político – Pedagógico, participação em reuniões e discussões, e posteriormente os dados quantitativos da escola. As observações das reuniões pedagógicas discussões do corpo docente, foram registrados em um diário de campo no período de maio a outubro de 2014.

Os questionários realizados com docentes e equipe diretiva apresentavam em seu teor algumas questões comuns. Quando perguntados sobre a participação na elaboração do Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico, trinta docentes (68,18%) responderam que participaram do processo de elaboração do P.P.P. e citaram os movimentos da equipe pedagógica da época em mobilizar a comunidade escolar para a alteração da forma de avaliação da educação básica. Quatorze docentes (31,82%) responderam não participar da elaboração, pois não desenvolviam atividades na escola no período.

Ao serem questionados sobre o conhecimento acerca do Regimento escolar, diretrizes, parâmetros e organização curricular, trinta e nove (88,64%) docentes responderam conhecer o Regimento Escolar na íntegra onde muitos colocaram que a cada início de ano letivo, as informações são retomadas, discutidas entre professores e apenas cinco docentes (11,36%) responderam desconhecer o documento.

Sobre o sentimento em relação à forma de organização dos níveis de ensino e forma de avaliação, trinta e seis docentes (81,8%) expuseram sua insatisfação acerca da forma de avaliação adotada pela escola (avaliação através de parecer descritivo no ensino fundamental e conceitos no ensino médio politécnico) e a insatisfação com a progressão continuada no ensino fundamental. Cinco docentes (11,4%) não opinaram e três docentes (6,8%) colocaram que o escola foi pioneira nesta forma de avaliação e que estão satisfeitos com o processo.

Conforme o Regimento da Educação Básica (2002, p. 7):

A Avaliação Emancipatória se caracteriza como um processo e a possibilidade do vir a ser, da construção de cada um e do coletivo de forma diferente. É um processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, intimamente ligado à concepção de conhecimento e currículo, sempre provisório, histórico, singular na medida em que propicia o tempo adequado de aprendizagem para cada um e para o coletivo. A finalidade da Avaliação Emancipatória torna a escola mais flexível, de forma a superar o imobilismo, desconstituindo os padrões estanques e investindo na superação da classificação e da exclusão, na medida em que busca visualizar cada sujeito em suas peculiaridades no processo de aprendizagem. Avaliar é perquirir o sentido da construção realizada, da consciência crítica, da autocracia, do autoconhecimento, investindo na autonomia, autoria, protagonismo e emancipação dos sujeitos. Portanto, deve assumir caráter educativo, viabilizando ao estudante apropriar-se do seu processo de ensino aprendizagem e, ao professor e à escola, a análise aprofundada do processo dos alunos, oportunizando replanejamento e reorientação de atividades em outros espaços e tempos. A Avaliação neste sentido tem as funções:

- Diagnóstica: favorecendo o planejamento, organiza o trabalho do professor, oportunizando novas estratégias e alternativas, assim como possibilita ao aluno verificar seu nível de desenvolvimento;
- Formativa: destinando-se a informar a situação em que se encontra o educando, no que se refere ao desenvolvimento de suas aprendizagens. Contempla a auto avaliação do aluno, do grupo, da turma e dos educadores;
- Contínua e cumulativa: considerando a construção do conhecimento do aluno, como um todo, coerente e significativo. Deve apresentar situações de construção do conhecimento de forma crescente em complexidade, tendo como parâmetro as construções do próprio aluno.

Ainda, conforme a expressão dos resultados da avaliação, o Regimento diz (2002. p.8)

(...) a avaliação é contínua, cumulativa e sistemática, realizada através de variados instrumentos e registrada em material próprio de cada professor (...) O Parecer Descritivo é entregue trimestralmente para os responsáveis pelos alunos (...) No Ensino Fundamental é adotada a progressão continuada em todas as séries.

Ao serem questionados sobre a filosofia do I.E.E.E.R. descrita no Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico, trinta e oito docentes (86,4%) citaram a formação de um aluno pesquisador, que respeite a si e ao outro com consciência crítica. Os demais, seis docentes (13,6%) não souberam responder à questão.

De acordo com os documentos da escola (2002, p.8):

Formar um sujeito dialógico e pesquisador, que reconstrua o conhecimento sistematizado, que respeite a si, ao outro e ao meio em que vive, com consciência crítica, comprometido com a transformação e feliz.

Quando perguntados sobre os objetivos citados nos documentos, trinta e oito docentes (86,4%) souberam explicitar os objetivos do I.E.E.E.R, citando a “reconstrução do conhecimento”, “a relação entre escola e comunidade” e a construção da “cidadania”. Novamente, seis docentes (13,6%) não responderam à questão.

O Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer tem por objetivo oferecer condições para que haja a reconstrução de conhecimentos, na relação com a comunidade e na busca de alternativas, constituindo a cidadania.(REGIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2002, P.8)

Quanto á Educação Básica, a instituição tem por objetivo: “assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (REGIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2002, p.9)

No que tange ao ensino fundamental, o Instituto objetiva: “desenvolver a capacidade de aprender, de posicionar-se em relação a si e aos outros, as habilidades e conceitos necessários para compreender e agir no ambiente visando a formação do cidadão. (REGIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2002, p.9)

Já em relação ao ensino médio, consta nos documentos (2002, p.9)

- Propiciar a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos na finalização da Educação Básica e no Ensino Superior;
- Consolidar no educando as noções sobre trabalho e cidadania, de modo a ser capaz de, com flexibilidade, operar com as novas condições de existência geradas pela sociedade.
- Possibilitar formação Ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico do educando.
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, parte e totalidade e o princípio da atualidade na produção do conhecimento e dos saberes.

Na questão “*O Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico contemplam as necessidades da comunidade local?*” quarenta e um docentes (93,2%) responderam que era necessária a reformulação dos documentos, pois os mesmos estão em vigência desde 2002 e não condizem mais com a real necessidade da comunidade escolar atendida. Foram unânimes em questionar a forma de avaliação no ensino fundamental e da progressão continuada alegando serem estes os motivos que vem levando a escola à redução de alunos e aumento de reprovados no Ensino Médio. Três docentes (6,8%) enalteceram a proposta pedagógica, colocando que esta atende às necessidades da clientela atendida.

Ao solicitar a opinião e sugestão sobre a organização e gestão da educação básica, a questão da progressão continuada foi citada como sendo um “problema” no ensino fundamental, pois mesmo oferecendo o Laboratório de Aprendizagem em turno inverso, a escola não conseguiu criar uma cultura de estudo e busca pelo conhecimento entre alunos e família. Muitos professores citaram a frase “não reprova” sendo “ineficiente a cobrança em sala de aula”. Além disso, muitos docentes defenderam o retorno da nota, pois os pais, mesmo doze anos após a implantação do parecer descritivo não o compreendem.

Quanto à gestão democrática, Phontes afirma:

“(…) de nada adianta até mesmo uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se diretores, professores, pais, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político de autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva” (2007, s.d.).

A equipe diretiva ainda foi questionada sobre a dificuldade encontrada pela gestão em relação ao Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico. O entrevistado “A” colocou que na época da implantação do Regimento Escolar e

P.P.P. *“acreditava-se em uma educação voltada para a formação de cidadãos capazes de construir e reconstruir conhecimentos, dialógicos e felizes”* porém ainda segundo o entrevistado *“ a comunidade escolar não foi preparada para esta nova forma de educar”* o que gerou a insatisfação de todos. Ainda colocou que embora a escola oferecesse em turno inverso o Laboratório de Aprendizagem para alunos com dificuldades de aprendizagem nos componentes curriculares, havia o empecilho burocrático, pois a mantenedora priorizava o atendimento em sala de aula. Quando esta autorizava a destinação de docentes para o Laboratório, o mesmo era gerenciado como setor e não como docência, o que levava os docentes a não aceitarem tal atividade.

Os demais entrevistados responderam de forma parecida a questão referindo-se ao parecer descritivo e a progressão continuada. O entrevistado “D” ainda colocou que *“os alunos oriundos da progressão continuada apresentam baixo rendimento no Ensino Médio reprovando mais de um ano.”*

O entrevistado “A” ainda colocou a dificuldade de aceitação dos históricos escolares de alunos da escola em outras instituições, pois não reconheciam o Parecer Descritivo. Colocou também que muitas Universidades não aceitavam o certificado de conclusão dos terceiranistas solicitando sempre a quantificação do parecer, *“isso gerava revolta da comunidade escolar, especialmente os pais, que passaram a ver a escola com descrédito”*.

Estas questões também foram levantadas pelos docentes nas pesquisas mostrando a ânsia pela alteração dos documentos normativos da escola. A alegação de que tudo isto levou a escola à perda de alunos e ao alto nível de reprovação, levou a pesquisadora a buscar nos índices da escola, a veracidade desta informação.

3.4 Buscando informações na secretaria da escola.

A partir dos depoimentos dos docentes nos questionários e reuniões, das queixas quase unânimes acerca da forma de organização da educação no Instituto no que concerne à redução do alunado e ao índice de reprovação, foi necessário buscar nos registros escolares dados que pudessem subsidiar esta pesquisa.

O primeiro item a ser buscado foi o número de matrículas existentes no Instituto. Utilizaram-se como base os últimos doze anos (2002-2014) como período de amostragem.

Tabela 1 – Relação de Matrículas no Ensino Fundamental e Ensino Médio

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ensino Fundamental	225	213	204	233	251	233	206	171	152	154	155	139	133
Ensino Médio	389	393	376	410	353	345	308	301	284	226	219	197	227
Total	614	606	580	643	604	578	514	472	436	380	374	336	360

Fonte: Ata de Resultados Finais da Educação Básica. I.E.E.Edmundo Roewer. Procergs. 2014

A partir da tabela, pode-se perceber uma expressiva redução nas matrículas no período pesquisado. A redução ocorrida foi de 220 alunos no total representando 37,3%. A redução mais expressiva concentrou-se no Ensino Médio.

Estabelecer uma causa específica para esta redução ou até mesmo atribuí-la à organização e gestão da educação básica seria uma irresponsabilidade, pois seria necessário ainda analisar o contexto social e o histórico da comunidade a qual a escola se insere.

Pode-se colocar que no decênio pesquisado, no município, houve muitas modificações no cenário educacional a citar a criação de uma Escola Municipal no centro da cidade que absorveu em torno de 600 alunos no Ensino Fundamental e a implantação do Instituto Federal em nível médio e técnico. Desde 2008, a pré-escola passou a ser oferecido exclusivamente pelo município que também tem a obrigatoriedade sobre o ensino fundamental.

Outro aspecto que deve ser observado é o crescente êxodo interurbano que ocorre. A escola atende basicamente alunos oriundos dos bairros periféricos, como Bairro Floresta, Bairro Chácara e Bairro Santa Helena. Esses moradores migram de cidade em cidade, em busca de melhores oportunidades profissionais.

Ainda podemos citar que a população da comunidade local manteve-se estagnada nos últimos anos mantendo-se em torno de 19.312 habitantes, que conforme estudos do IBGE, a população do município vem envelhecendo.

Não podemos excluir os depoimentos dos docentes que delegam esta redução à forma de organização do ensino fundamental, pois seria necessário um

estudo mais aprofundado destas questões para chegarmos a uma conclusão definitiva.

Conforme o Relatório do Censo Escolar 2013¹³ o número total de matrículas na escola pública reduziu tanto no ensino fundamental como no ensino médio, chegando a 1% entre 2012 e 2013. Esta redução dar-se-á em virtude de uma possível estabilidade no ensino a partir da redução das taxas de natalidade.

O segundo dado a ser buscado foram os números de reprovados e evadidos no período de 2002 a 2014, pois segundo alguns depoimentos, a escola se tornou conhecida no município pela “escola que não roda”¹⁴, mas desde 2011 é a escola que “só roda”¹⁵!

Tabela 2 – Reprovados e evadidos 2002 – 2013

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Reprovados	78	67	146	140	53	38	56	122	70	117	124	81
Evadidos	70	36	131	47	90	73	77	58	84	31	34	43

Fonte: Fonte: Ata de Resultados Finais da Educação Básica. I.E.E.Edmundo Roewer. Procergs

A partir dos dados da tabela acima, podemos perceber que a questão da reprovação e evasão na escola é muito variável oscilando entre os anos apurados. Muitos poderiam ser os fatores que desencadearam estas movimentações e delegar a culpa à forma de organização da escola aqui estudada, seria precipitada e irresponsável.

A questão da reprovação no Ensino Médio é bastante complexa, pois a clientela atendida pela escola é formada por jovens entre 14 e 20 anos, oriundos de

¹³ Diário Oficial da União (DOU) • 23/09/2013 • Seção 1 • Pg. 12 • Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/59414364/dou-secao-1-23-09-2013-pg-650/pdfView>. Acesso em 01/10/2014. Conforme o relatório, o número total de matrículas da Educação Básica caiu de 50.545.050 para 50.042.448. A pesquisa é considerada o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, reunindo dados sobre estabelecimentos, matrícula, funções docentes, movimentos e rendimento escolar,

¹⁴ Termo utilizado por alunos e alguns professores do educandário e até mesmo pela comunidade local.

¹⁵ Termo utilizado por alunos e alguns professores do educandário e até mesmo pela comunidade local.

uma situação social vulnerável, de baixa renda financeira. Muitos dos alunos já trabalham, sendo responsáveis pelo próprio sustento, inclusive com filhos.

A transferência entre o diurno e noturno é expressiva em virtude do trabalho que os leva muitas vezes a abandonarem a escola precocemente. Muitos dos alunos que passam a estudar à noite tornam-se infrequentes e desmotivados, refletindo no alto índice de reprovação.

Até a implantação do Ensino Médio Politécnico em 2011, a escola mantinha o Ensino Médio com progressão parcial em até dois componentes curriculares possibilitando aos alunos o avanço para a série seguinte e o cumprimento de progressão parcial em turno inverso. O índice de reprovação entre 2002 e 2013 (ano que a última turma formou-se nesta modalidade) foi de 22,85%.

A partir da implantação do Ensino Médio Politécnico em 2011 a avaliação deixou de ser por componente curricular para ser por área de conhecimento, os índices de reprovação aumentaram consideravelmente chegando a 68% de reprovação em 2011 somente nos primeiros anos.

Dessa forma, delegar à forma de organização administrativo - pedagógica a responsabilidade pelos altos níveis de reprovação torna-se um equívoco, pois não encontrou-se subsídios que afirmassem esta questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa que o planejamento deve ser parte do cotidiano de todos os indivíduos, cabe à escola planejar sua atuação com base em suas necessidades e possibilidades, uma vez que é na escola que a formação sociocultural do indivíduo se intensifica. Considerando, portanto, que a escola tem um importante papel na formação e no desenvolvimento do homem, o planejamento educacional possibilita a ela uma organização metodológica do conteúdo a ser desenvolvido pelos professores em sala de aula, baseado na necessidade e no conhecimento de mundo dos alunos, que por sua vez são os principais interessados e possivelmente os principais beneficiados com o sucesso nesse tipo de organização metodológica que visa o crescimento do homem dentro da sociedade.

Ao realizar seu planejamento, a escola antecipa de forma coerente e organizada as etapas do trabalho escolar, não permitindo que as atitudes propostas percam sua essência, ou seja, o seu trabalho a ser realizado encaixa-se em uma sequência, uma linha de raciocínio, em que o professor tem a real consciência do que ensina e quais os objetivos que espera atingir, para que nada fique disperso ao acaso.

Percebeu-se que no período em que o projeto político – pedagógico e o regimento escolar foram construídos, houve momentos de discussões, análises e planejamento entre escola e comunidade escolar. Para a elaboração dos mesmos, buscou-se aporte em referenciais teóricos, na legislação vigente e principalmente, nas teorias pedagógicas voltadas para a educação cidadã.

A escola encontrou um grande desafio em construir uma avaliação através do parecer descritivo¹⁶, nunca definido de forma clara entre coordenação pedagógica e corpo docente, deixando de ser uma avaliação descritiva para ser expresso por conceitos pré-estabelecidos¹⁷ que deixaram de contemplar as especificidades de uma avaliação “ emancipatória que torna a escola mais flexível, desconstituindo os

16 Como o próprio nome diz, o parecer descritivo deve ser uma descrição da evolução do aluno durante o período avaliado, expressando os avanços do mesmo, o alcance dos objetivos e habilidades propostos na série.

17 Atualmente o ensino fundamental ainda continua com esta avaliação sendo assim definida: AP – Atingiu plenamente, AS – Atingiu satisfatoriamente, AM – Atingiu o mínimo e NAM – Não atingiu o mínimo.

padrões estanques e investindo na superação da classificação e da exclusão, na medida em que busca visualizar cada sujeito em suas peculiaridades no processo de aprendizagem” (Regimento da Educação Básica, 2002, p. 10)

Todavia, após a implantação destes documentos, os mesmos foram esquecidos em gavetas cabendo sua execução apenas à parte administrativa da escola no que concerne a elaboração da matriz curricular e históricos escolares. O processo pedagógico de implantação e execução dos ideais previstos foram sendo esquecidos dando lugar a questões burocráticas.

(...) que cada escola precisa construir sua gestão democrática. Não existem fórmulas ou receitas mágicas, mas deve haver vontade, capacidade, criatividade, perseverança e certeza de que é o caminho para se alcançar uma escola e um ensino público de qualidade (JORNAL DO PROJETO PEDAGÓGICO, 2002, p. 02.);

Ainda pode-se verificar a importância da gestão escolar no processo de execução dos ideais pedagógicos. Democratizar o ensino não é só instalar escola pública, mas garantir que os educandos, além de ir à escola, aprendam com vontade e prazer de aprender.

O processo de democratização da sociedade amplia os canais de participação, afinal a escola não está ilhada, mas inserida numa comunidade concreta. Partilhando a gestão com a comunidade, a escola finca raízes, busca soluções próprias e mais adequadas às necessidades e aspirações dos alunos e de suas famílias, e conquista, aos poucos, a autonomia para definir seu projeto.

Realizar uma Gestão Democrática significa acreditar que todos juntos têm mais chances de encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade, a respeito da atuação da escola. Ampliando o número de pessoas que participam da vida escolar é possível estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e clientela escolar e isso pode acontecer mediante o Projeto Político Pedagógico.

(...) gestão democrática da escola pública é muito mais que um sinônimo de administração; seu sentido adquire uma dimensão muito maior do que a ideia de comando e qualidade total, presente no meio empresarial. Gerir democraticamente uma escola pública, uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades, é construir coletivamente. Isto significa contrapor-se à centralização do poder na instituição escolar, bem como primar pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão do estabelecimento, na melhoria da qualidade do ensino e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada.(BORGES,2008, p.9)

Através do P.P.P. é possível atuar em conjunto e este é o caminho para enfrentar problemas e encaminhar soluções na escola. Entretanto, é um percurso cheio de dificuldades, mas partilhar as questões educacionais exige tempo, paciência, não admitindo desânimo, nem desistência e sim visar um ensino de boa qualidade.

A partir disso, percebeu-se a necessidade da Instituição em retomar seu planejamento e reestruturar Regimento Escolar e Projeto Político – Pedagógico a partir das reais necessidades da comunidade a qual se insere.

Com o passar do tempo, o projeto passou a ser rejeitado pela comunidade escolar, seja pela progressão continuada (docentes e discentes não foram preparados para esta realidade) que levou o ensino fundamental ao descrédito, seja pelo parecer descritivo, que, embora os pais houvessem optado, não o entendiam solicitando muitas vezes que a escola desse um “valor” para o parecer. Houve também a rejeição de muitas escolas que, quando da transferência de alunos, não “sabiam” como quantificar alunos com avaliações por parecer. A rejeição por parte dos professores também foi intensa, criando na escola uma campanha contra o P.P.P.

Em 2013, foi realizada uma pesquisa com a comunidade escolar acerca do Projeto Político-Pedagógico onde a mesma solicitou o retorno da nota para o ensino fundamental e Ensino Médio e o fim da progressão continuada no ensino fundamental. No Ensino Médio não será mais possível, pois houve a alteração para o Ensino Médio – Politécnico que avalia através de conceitos¹⁸. O projeto está sendo revisto e modificado.

A avaliação no ensino fundamental continuará por Parecer (na verdade, analisando o termo, o correto seria Conceito, pois foi adotado um padrão de conceitos) nas séries iniciais e passará a ser quantificado através da nota com o sistema de aprovação-reprovação de 6º a 9º ano e serão mantidos os Laboratórios como forma de reforço para os alunos com dificuldades de aprendizagem. Alguns objetivos estão sendo revistos, pois a realidade da escola foi modificada muito em 12 anos. Cabe ressaltar que o Regimento da Educação Básica também está sendo revisado.

¹⁸ CSA – Construção Satisfatória da Aprendizagem, CPA – Construção Parcial da Aprendizagem, CRA – Construção Restrita da Aprendizagem

(...) um problema, do ponto de vista dialético, não pode ser resolvido fora dele, mas sim desde dentro dele, levando em conta as contradições reais de sua existência. Portanto, são os atores sociais envolvidos com os problemas os que detêm conhecimentos importantes sobre a natureza desses problemas, seus limites e possibilidades. (FREITAS, 2005, p.923)

Os depoimentos dos sujeitos envolvidos na pesquisa distanciaram-se da visão apresentada inicialmente, o que permitiu identificar certos limites e contradições entre teoria e prática no que tange ao processo de análise. Talvez, a gestão não tenha afirmado seu papel como ponte entre o fazer burocrático e o pedagógico.

O Projeto Pedagógico da Escola, que foi baseado em uma gestão democrática de ensino, que visava a busca e a construção do saber, que buscava a interação dos diferentes níveis de ensino, acabou por perpetuar-se em uma gaveta escura, caindo no esquecimento do coletivo escolar.

Ao longo da pesquisa foi possível verificar que a gestão precisa atuar como ponte entre o administrativo e o pedagógico criando espaços para a construção de uma identidade escolar onde os sujeitos possam estar integrados no processo de ensino-aprendizagem.

(...) gerir transcende administrar e está ligado a uma outra concepção, a um outro modelo. A administração escolar está vinculada a um modelo vertical e a gestão a um modelo horizontal. No modelo vertical, como administrador, cabe ao diretor manter a ordem estabelecida (...), cumprir e fazer cumprir a legislação educacional que seja pertinente (...), garantir o cumprimento das obrigações de cada elemento presente no espaço escolar e resolver problemas entre as instâncias do macro-sistema e das pessoas hierarquicamente a ele subordinadas. Esse é o papel do diretor-administrador (SOUZA, s.d, p.02).

Ramalho apud Borges afirma que, numa gestão democrática,

“(...) o gestor, que continua tendo o papel mais importante, fica com a missão de identificar e mobilizar os diferentes talentos para que as metas sejam cumpridas. E, principalmente, conscientizar todos da contribuição individual para a qualidade do todo. De olho nessa nova realidade, cabe a ele desenvolver algumas competências como aprender a buscar parcerias, pensar em longo prazo, trabalhar com as diferenças e mediar conflitos” (2008, p. 20)

A gestão escolar encontra como dificuldades em manter esse elo, a participação da comunidade escolar que está cada vez mais distanciada, a falta de investimentos, e a falta de autonomia para realizar seu projeto, pois embora este termo esteja ligado à gestão democrática sempre houve dificuldades no gerenciamento de recursos humanos, as mudanças governamentais e a falta de entendimento destes acerca da relevância do projeto da escola contribuíram para seu desgaste.

Ainda, em relação aos docentes, acredita-se ter havido certo comodismo, delegando à equipe pedagógica e diretiva a responsabilidade de entender e aplicar o projeto político – pedagógico e regimento escolar.

Segundo o princípio da democratização, a gestão escolar promove, na comunidade escolar, a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais.

Todos os sujeitos envolvidos devem contribuir efetivamente se responsabilizando por colocar em prática as decisões tomadas em conjunto, de modo a obter os melhores resultados na busca de uma educação de qualidade.

Cabe aqui reinterar as palavras de Fonseca (1994) quando diz que a escola não é democrática só pela prática administrativa, mas torna-se democrática através das ações pedagógicas e educativas.

É importante destacar também que muitos foram os fatores que levaram a instituição a atual situação, seja por questões sociais, econômicas, ideológicas e até mesmo em virtude da identidade da escola que ao longo dos anos foi apagada. Resgatar a identidade da escola e integrá-la a nova realidade da comunidade local pode ser o primeiro passo para a efetivação do seu trabalho pedagógico.

Como qualquer processo de investigação, essa pesquisa não oferece um conhecimento definitivo, mas considerações caracterizadas pelo caráter provisório. Procurou-se muito mais abrir o debate do que concluí-lo na acepção do termo, pois se acredita ser esta a oportunidade de oferecer alguma contribuição às inúmeras possibilidades de transformação educacional e, num sentido mais amplo, social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J.C., REIS, J.T. (org.) **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. 1. ed. — São Paulo : Fundação Santillana, 2013.

BORGES, Benedito. **Gestão democrática na escola pública**. Secretaria de Estado de Educação – SEED. Superintendência da Educação – SUED. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE .Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://>

BRASIL. **DECRETO Nº 70.067, DE 26 DE JANEIRO DE 1972**. Dispõe sobre o programa de Expansão e Melhoria do Ensino e dá outras providências. Disponível em <http://www.legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=199928>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

BRASIL. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Disponível em <http://>

BRASIL. **Res CEED/RS nº 236** de 21 de janeiro de 1998. Regula a elaboração de regimentos escolares de estabelecimentos do sistema estadual de ensino. Disponível em <http://>

CONTEUDOESCOLA. **Regimento Escolar**. 20.07.2004. Disponível em <http://conteudoescola.com.br/site/content/view/43/49>. Acesso em 15 de junho de 2014.

DEL PRIORY, M. VENÂNCIO, R. P. **O livro de Ouro da História do Brasil**. São Paulo: Ediouro, 2001.

FONSECA, Dirce Mendes da. **Gestão e educação**. In: Revista Universidade e Sociedade, ano IV, 7 junho 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREITAS, Luiz Carlos. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, SP: CEDES, vol 26, nº 92, p.911-933.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1990.

Gestão Democrática do Ensino Público e a Escola Pública de Qualidade. Jornal do Projeto Pedagógico. Disponível em http://www.udemo.org.br/JornalPP_04_07Gest%E3oDemocratica.html. Acessado em 21/09/2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Beatriz. BAIROS Mariângela. **REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESPAÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA**. Disponível em http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo3/regimento_escolar.pdf. Acesso em 30.09.2014

GONÇALVES, G.S.Q. ABULMASSIH, M.B.F. **O projeto político**: Algumas considerações. Revista profissão docente (online), v.1, n.1, fev 2001. p.1-6. Disponível em <http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/CONSIDERA%C3%87%C3%95ES%20REFERENTES%20AO%20PROJETO%20POL%C3%8DTICO%20PEDAG%C3%93GICO.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EDMUNDO ROEWER. **Projeto Politico-Pedagógico**. Ibirubá, RS. 2002.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EDMUNDO ROEWER. **Regimento da Educação Básica**. Ibirubá, RS. 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. 2 ed. SP: Cortez, 2005.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, E.S., et al. (org.) Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno I: **Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba:UFPR/ Setor de Educação, 2014.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001. P.180

PHONTES, Leonora. In: **Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico na Escola**. Disponível em URL <http://www.Centrorefeducacional.com.br>. Acessado em 01/09/2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia** . 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

____. **Da nova LDB ao FUNDEB** . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **A Escola fayolista e a Escola pós-moderna: contextos para administradores e gestores da educação**. Disponível em <http://www.elton.com.br/posgrad.htm>. Acessado em 20/09/2014.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1996.

____. **Questões sobre a organização do trabalho na escola**. Série Ideias no. 16. São Paulo: FDE, pp. 78-83, 1993.

____. (Org). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

____. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

RIBEIRO, A. **Gestão democrática do Projeto Político Pedagógico na escola pública de educação básica**. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: PUCPR, 2007.

ROBERTS, J.M. **O livro de Ouro da História do Mundo**. São Paulo: Ediouro, 2001.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2000.

XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **Historia da Educação: a escola do Brasil**. São Paulo, SP: FTD,1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado à equipe gestora do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - GESTÃO EDUCACIONAL**

Este questionário integra a monografia de especialização sobre o regimento escolar e o projeto político-pedagógico do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer de Ibirubá, RS. Seu objetivo é reconhecer o processo de construção destes documentos e detectar as dificuldades que a instituição vem encontrando em sua aplicabilidade.

A pesquisa está vinculada ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Educacional e está sendo realizada sob orientação da professora Mariglei Severo Maraschin. Não será solicitado o nome dos informantes para garantir a integridade da pesquisa bem como dos entrevistados.

Agradecemos sua colaboração!

1. Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade:

() de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos () de 51 a 60 anos ()
mais de 60 anos

Escolaridade:

() Ensino Superior incompleto Curso: _____

() Ensino Superior completo Curso: _____

() Pós-graduação Nível: _____

Curso/Instituição: _____

2. Há quanto é docente nesta instituição?

3. Você participou da elaboração do Regimento Escolar e PPP do Instituto? Como ocorreu esta participação?

4. **Você, como integrante da equipe gestora da escola, tem conhecimento acerca do Regimento Escolar desta Instituição? Suas diretrizes, parâmetros legais, organização?**

5. **Como gestor, qual seu sentimento em relação à forma de organização dos níveis de ensino e formas de avaliação?**

6. **E quanto ao Projeto Político-Pedagógico, você conhece a filosofia do instituto?**

7. **Sabe quais os objetivos são descritos no PPP?**

8. **Tanto o Regimento Escolar quanto o PPP contemplam as reais necessidades da comunidade local?**

9. **Qual a maior dificuldade encontrada pela gestão escolar em relação ao regimento escolar ao PPP?**

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos docentes do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - GESTÃO EDUCACIONAL**

Este questionário integra a monografia de especialização sobre o regimento escolar e o projeto político-pedagógico do Instituto Estadual de Educação Edmundo Roewer de Ibirubá, RS. Seu objetivo é reconhecer o processo de construção destes documentos e detectar as dificuldades que a instituição vem encontrando em sua aplicabilidade.

A pesquisa está vinculada ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Educacional e está sendo realizada sob orientação da professora Mariglei Severo Maraschin. Não será solicitado o nome dos informantes para garantir a integridade da pesquisa bem como dos entrevistados.

Agradecemos sua colaboração!

1. Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade:

() de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos () de 51 a 60 anos ()
mais de 60 anos

Escolaridade:

() Ensino Superior incompleto Curso: _____
() Ensino Superior completo Curso: _____
() Pós-graduação Nível: _____
Curso/Instituição: _____

2. Curso que leciona:

3. Há quanto é docente nesta instituição?

4. Você participou da elaboração do Regimento Escolar e PPP do Instituto? Como ocorreu esta participação?

5. **Você tem conhecimento acerca do Regimento Escolar desta Instituição? Suas diretrizes, parâmetros legais, organização?**

6. **Como educador qual seu sentimento em relação à forma de organização dos níveis de ensino e formas de avaliação?**

7. **E quanto ao Projeto Político-Pedagógico, você conhece a filosofia do instituto?**

8. **Sabe quais os objetivos são descritos no PPP?**

9. **Tanto o Regimento Escolar quanto o PPP contemplam as reais necessidades da comunidade local?**

10. **Qual a sua opinião sobre a organização e gestão da educação básica no Instituto? Você teria alguma sugestão acerca do Regimento Escolar e PPP?**
